



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

ATA DA OITAVA (8ª) SESSÃO ORDINÁRIA

Presidida pelo Sr. Vereador João Antônio Pires Gonçalves; Secretariada pelo Sr. Vereador Waldemar Marcurio Filho.

Aos vinte e três dias do mês de março do ano dois mil e quinze realizou-se na Sala das Sessões "Vereador Santo Róttoli", da Câmara Municipal de Mogi Mirim, presidida pelo Sr. Vereador João Antônio Pires Gonçalves; Secretariada pelo Sr. Vereador Waldemar Marcurio Filho, a Oitava (8ª) Sessão Ordinária do Terceiro (3º) Ano da Décima Sexta (16ª) Legislatura da Câmara Municipal de Mogi Mirim, previamente programada e devidamente convocada nos termos da Relação da Matéria, datada de 23 de março de 2015. Às 18h30, feita a primeira chamada nominal dos Srs. Vereadores pelo 1º Secretário, nos termos do disposto no Artigo 109, da Resolução nº 276, de 2010 (Regimento Interno vigente) e se constatando haver número legal para o início dos trabalhos, conforme dispõe o Artigo 106 da já citada Resolução, eis que se encontravam presentes os Srs. Vereadores: Ary Augusto Reis de Macedo (01), Benedito José do Couto (02), Cinoê Duzo (03), Daniel Gasparini dos Santos (04), Daniela Dalben Mota (05), Dayane Amaro Costa (06), João Antonio Pires Gonçalves (07), Jorge Setoguchi (08), Laércio Rocha Pires (09), Luís Roberto Tavares (10), Luiz Antônio Guarnieri (11), Luzia Cristina Côrtes Nogueira (12), Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino (13), Marcos Bento Alves de Godoy (14), Maria Helena Scudeler de Barros (15), Osvaldo Aparecido Quaglio (16) e Waldemar Marcurio Filho (17), conforme, aliás, se vê das respectivas assinaturas apostas à Folha de Presença - Registro de Comparecimentos e Faltas dos Srs. Vereadores às Sessões da Câmara, anexa ao final da presente ata, o Sr. Presidente deu por iniciados os trabalhos da presente Sessão. Posto isto, conforme o disposto no Parágrafo Único



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

do Artigo 106, da citada Resolução, convidou o Vereador Daniel Gasparini dos Santos para que procedesse a leitura de um trecho da Bíblia Sagrada. Ato contínuo, o Presidente da Câmara, Vereador João Antônio Pires Gonçalves, suspendeu a sessão às 18h40, para cumprimento do disposto no *Requerimento nº 52/2015, de sua autoria, para homenagem relativa aos Dia Internacional da Mulher, com participação da radialista Márcia Dainês, exposição de fotos “Mulheres”, do programa Pró-Idoso, e entrega de flores às homenageadas, a saber, Sras. Anamaria Rímoli, Cleuza Fávero Cruz, Cristina Setoguchi, Edeneuza Boveloni, Edna Garcia, Elaine Navarro, Elaine Navarro, Eliza Bento, Francisca Couto, Lourdes Bianchi, Maria Celina Dante, Maria Conceição Piccolomini, Mary Franco de Campos, Renata Tarossi, Rosandra Bronzatto e Valéria Pinaffi.* Cumprida dita providência, a sessão foi reaberta às 19h38 e o Presidente da Câmara submeteu a apreciação do Plenário a Ata da Sétima (7ª) Sessão Ordinária, realizada em 16 de março de 2015, a qual, depois de achada conforme e aprovada, foi devidamente assinada pelos Vereadores João Antônio Pires Gonçalves e Benedito José do Couto, respectivamente, o Presidente e o 1º Secretário. Dando por iniciada a parte reservada ao "**EXPEDIENTE**", o Sr. Presidente colocou para a apreciação do Plenário o Requerimento nº 96/2015, datado de 18/03/2015, subscrito pelo Vereador Daniel Gasparini dos Santos, solicitando, na forma do inciso I do artigo 156; combinado com os artigos 81, I, “a”, e 167 todos da Resolução nº 276, de 09 de novembro de 2010 (Regimento Interno vigente), *Justificativa de Faltas, por doença, conforme atestado médico anexo*, na Sétima (7ª) Sessão Ordinária, realizada no dia 16 de março de 2015, o que foi aprovado, unanimemente, pelo plenário. Na sequência deu ciência à Casa, através de leitura, da seguinte matéria: 1. Projeto de Lei nº 31, de 2015, de autoria do Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, acompanhado de Mensagem nº 30/2015, datada de 17/03/2015, objeto do Ofício nº 30/2015, de igual data, “autorizando o município de Mogi Mirim, pelo



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Poder Executivo, a usar parte ideal do imóvel pertencente ao espólio de Kazumi Setoguchi, representado por Tereza Akemi Nozaki Setoguchi, a título gratuito e por prazo indeterminado, para o fim que especifica e dando outras providências”; (ao exame das Comissões Permanentes). Ato contínuo, o Sr. Presidente submeteu à apreciação e votação dos nobres Vereadores os seguintes **REQUERIMENTOS**, hoje endereçados à Mesa (aprovados pela Casa): n.ºs. n.ºs 87, 88 e 89, de 2015, do Vereador Daniel Gasparini dos Santos, solicitando, respectivamente, “seja oficiado o Prefeito de Mogi, Luís Gustavo Antunes Stupp, para que informe sobre as linhas de ônibus urbanos, que atendem ao município de Mogi Mirim”, “seja oficiado o Prefeito de Mogi, Luís Gustavo Antunes Stupp, para que determine à Secretaria Municipal de Captação, Gestão e Controle informe sobre recursos, ou programas destinados à manutenção e recuperação de estradas vicinal e intermunicipal, inclusa a Rodovia dos Agricultores e demais no município de Mogi Mirim” e “seja oficiado o Prefeito de Mogi, Luís Gustavo Antunes Stupp, encaminhando minuta de projeto de lei, que dispõe sobre alteração de dispositivos da Lei Municipal n.º 5.223, de 16/12/2011, a destinação dos valores das multas e juros aplicados e dos serviços municipais executados e cobrados, relativo a limpeza de imóveis, construção e reparos de passeios e muros, no município de Mogi Mirim”; n.ºs 91 e 92, de 2015, do Vereador Luís Roberto Tavares, solicitando, respectivamente, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, para que informe sobre a quantidade de refeições diferenciadas, servidas aos alunos das creches e escolas municipais, portadores de diabetes, hipertensão, anemias, ou obesidade” e “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, reiterando-lhe a Indicação n.ºs 1002/2013, para implantação de dispositivo de redução de velocidade na Avenida Guarani, no Bairro Mogi Mirim II”; n.º 93, de 2015, do Vereador Cinoê Duzo, solicitando, respectivamente, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, para que



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

informe o motivo do fechamento de salas de aula nas EMEBs Professor Humberto Brasi e Professora Cleusa Marilene Vieira de Mello, bem como informe para onde foram remanejados os professores e alunos dos respectivos estabelecimentos”; nº 94, de 2015, da Sra. Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros, solicitando, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, para que envie cópia do relatório das imagens captadas pelo drone, por setores do município”; nºs 95, 97, 98, 99, 100, de 2015, da Sra. Vereadora Daniela Dalben Mota e outros, solicitando, respectivamente, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, reiterando o Requerimento nº 627/2014, que pediu, de acordo com o Artigo 34, § 2º da LOM de Mogi Mirim, seja oficiada a empresa Angá Alimentos e Serviços Ltda., para que forneça planilha eletrônica completa de custo descritiva relativa aos preços atualmente praticados”, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, para que, de acordo com o Artigo 34, § 2º da LOM de Mogi Mirim, forneça cópia dos contratos, editais e termos de referência completos, com aditivos e anexos, das três empresas que prestam serviços de transporte de pacientes”, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, para que, de acordo com o Artigo 34, § 2º da LOM de Mogi Mirim, forneça cópia do contrato, edital do pregão presencial nº 107/2014 e termo de referência completos, com aditivos e anexos, da empresa vencedora do certame”, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, para que, de acordo com o Artigo 34, § 2º da LOM de Mogi Mirim, forneça cópia do contrato, edital do pregão presencial nº 76/2014 e termo de referência completos, com aditivos e anexos, da empresa vencedora do certame” e “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, para que, de acordo com o Artigo 34, § 2º da LOM de Mogi Mirim, forneça cópia do contrato nº 113/2013, edital de concorrência pública nº 04/2014 e termo de referência completos, com aditivos e anexos, da empresa Sinalizadora Paulista Construção e



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Sinalização Ltda.”; nº 101, de 2015, da Sra. Vereadora Dayane Amaro Costa, solicitando, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, para que envie laudos da vigilância sanitária, resultantes das visitas aos órgãos públicos de saúde, realizadas nos últimos seis meses”. Na sequência, o Sr. Presidente deu por aprovadas, conforme deliberação do Plenário, as seguintes **INDICAÇÕES** endereçadas ao Sr. Prefeito Municipal: nº 112, de 2015, do Vereador Daniel Gasparini dos Santo, sugerindo, “implantação do sistema de Bilhete único no município de Mogi Mirim”; nºs 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, de 2015, do Vereador Luís Roberto Tavares, sugerindo, respectivamente, “instalação de sistema de escoamento de água na creche do Jardim Paulista”, “melhorias na sinalização e instalação de dispositivo de redução de velocidade na Rua Coronel Leitão, nas proximidades da Casa da Criança, para maior segurança dos alunos, no embarque e desembarque”, “melhorias no sistema de escoamento de água na Rua Etoze Ceregatti, na Vila Santa Eliza”, “melhorias no sistema de escoamento de água na Rua Sete de Setembro, no Bairro Aterrado”, “construção de passeio público na Avenida Nagib Chaib”, “manutenção no alambrado, localizado às margens da Avenida Nagib Chaib”, “operação tapa-buracos na rua, localizada atrás do Centro de Especialidades Médicas – CEM”, “realização de campanha informativa e afixação de placas em locais visíveis, contendo informações aos pais sobre a possibilidade de requererem alimentação especial aos filhos portadores de diabetes, hipertensão, anemias ou obesidade, durante a merenda”, “limpeza na Rodovia Nagib Chaib nas proximidades da antiga Pedreira Degrava”, “instalação de placa de proibido jogar lixo na Avenida Dr. João Avancini, no Bairro Mogi Mirim II”, “manutenção na placa de sinalização de valeta na Avenida Dr. João Avancini, no Mogi Mirim II”, “operação tapa-buracos na Rua Ana Isabel C. Costa na Vila Santa Eliza”, “manutenção no passeio público, localizado ao lado da UBS Santa Luzia, na Avenida Pedro Botesi”, “manutenção na Rua 17, do Parque



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

das Laranjeiras”; nºs 128, 129, 130, de 2015, da Vereadora Dayane Amaro Costa e outro, sugerindo, respectivamente, “realização de obras de acessibilidade instalação de rampa de acesso no CEMPI Michele Lucon”, “troca de calhas no CEMPI Michele Lucon” e “poda urgente do mato no terreno, localizado ao lado do CEMPI Michele Lucon”; nº 131, de 2015, do Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio, sugerindo, “demarcação de solo e instalação de placa de Pare no cruzamento das ruas João Bonatti, com Honório Bonatti”. A seguir, o Senhor Presidente submeteu à apreciação e votação dos nobres Vereadores a seguinte **MOÇÃO**, endereçada à Mesa (aprovada pela Casa): nº 18, de 2015, do Vereador João Antônio Pires Gonçalves, propondo, “sejam consignados em ata dos trabalhos votos de congratulações e aplausos para com os senhores Pedro Moreira Salles, Presidente do Conselho de Administração do Itaú/Unibanco, Roberto Egydio Setúbal, Diretor Presidente do Itaú/Unibanco, e à diretoria do Itaú/Unibanco Holding S/A, pela inauguração da CTMM – Data Center Itaú Unibanco”. A seguir, o Sr. Presidente colocou à disposição dos Srs. Vereadores a seguinte **CORRESPONDÊNCIA**: Ofícios nºs. 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, datados de 11 de março de 2015, subscritos pelo Prefeito de Mogi Mirim, respectivamente, “respondendo a respeito do Requerimento nº 036/2015; Requerimento nº 030/2015; Requerimento nº 029/2015; Requerimento nº 024/2015; Indicação nº 013/2015; Requerimento nº 021/2015; Requerimento nº 018/2015; Requerimento nº 011/2015; Indicação nº 22/2015; Indicação nº 29/2015; Requerimento nº 626/2014; Indicação nº 012/2015; Indicação nº 05/2015; Requerimento nº 025/2015; Indicação nº 04/2015; Requerimento nº 026/2015; Indicação nº 672/2014; Requerimento nº 027/2015; Indicação nº 036/2015; Indicação nº 042/2015; Indicação nº 034/2015; Indicação nº 025/2015; Indicação nº 019/2015; Indicação nº 018/2015; Indicação nº 08/2015; Indicação nº 06/2015; Indicação nº 001/2015;



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Indicação nº 701/2015; Indicação nº 014/2015; Indicação nº 024/2015; Indicação nº 039/2015; Indicação nº 040/2015; Indicação nº 041/2015; Indicação nº 050/2015; Indicação nº 070/2015; Indicação nº 072/2015; Requerimento nº 001/2015, todos desta Edilidade”; (arquive-se, após dar ciência aos Vereadores). Não havendo mais proposituras, ou quaisquer outros documentos para serem levados ao conhecimento do Plenário, o Sr. Presidente facultou o uso da palavra no “Expediente”, anunciando os oradores inscritos, conforme § 6º, do Artigo 111, do Regimento Interno. A primeira oradora foi a Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros que, imediatamente, versou sobre o Extrato de Edital da Concorrência Pública nº 04/2015, cujo objeto era a locação de prédio com obrigação de fazer, consistente na construção/adaptação, em imóvel do licitante, de prédio destinado à implantação de um novo Paço Municipal, com área mínima construída de oitocentos metros quadrados e área máxima de mil metros quadrados. A vereadora afirmou que já detinha o edital completo e leu a justificativa do Prefeito. “Atualmente, a prefeitura Municipal de Mogi Mirim apresenta uma estrutura descentralizada, com os diversos órgãos administrativos espelhados pela cidade, em variados prédios, próprios e de terceiros. Assim, as Secretarias de Finanças, Administração, Suprimentos e Qualidade, Assistência Social, Negócios Jurídicos, Auditoria, Captação de Recursos e de Tecnologia da Informação ocupam vários imóveis, consumindo recursos públicos (materiais e humanos) que poderiam ser aproveitados de forma mais eficiente e produtiva com a centralização das atividades administrativas num único imóvel”. Colocou que, como legisladora, desejava registrar sua indignação, porque o prefeito havia esperado a Mesa da Câmara assinar o contrato de locação do imóvel, sito à Praça São José, para somente depois, publicar o edital de licitação para a implantação de um novo paço municipal. “Significa que o pessoal, que trabalha no andar térreo deste prédio, vai ser transferido e o prefeito já tinha premeditado tudo, pois foi muito rápida a sua atitude; não acredito que não tenha sido



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

pensado, anterior a assinatura do contrato da Câmara, nós iremos ao Ministério Público e eu pergunto ao Presidente da Câmara, se ele tinha conhecimento da publicação da concorrência, objetivando transferir os setores do térreo do Edifício do Paço, portanto, peço que a manifestação do Presidente e da base situacionista, porque nós só precisávamos do andar térreo e se lembrem, principalmente, de todo o imbróglgio que passamos, que o Presidente Benedito passou”, disse e finalizou. Ato contínuo, o Senhor Presidente da Câmara, Vereador João Antônio Pires Gonçalves solicitou ao 1º Vice-Presidente, Vereador Luís Roberto Tavares, que ocupasse a direção dos trabalhos. O Senhor 1º Vice-Presidente ocupou a direção da Mesa e facultou o uso da palavra ao Vereador João Antônio Pires Gonçalves. Primeiramente, o Vereador agradeceu ao Secretário de Saúde, Gérson Rossi Júnior, que atendera seu pedido para passagem do fumacê nas ruas e casas da zona norte. Depois, disse que iria propor moção, dirigida à Empresa Brasileira dos Correios e Telégrafos, uma crítica ao governo do PT e ao vice-presidente Michel Temer, membro de seu partido, o PMDB, porque há mais de vinte dias correspondências não eram entregues em alguns bairros de Mogi Mirim, trazendo muitos problemas aos municípios. O Vereador também teceu seu agradecimento ao Presidente do SAAE, Sr. Luciano Francisco de Godoy Lopes, que atendera um seu pedido, para finalização de um serviço não concluído. na rua Santa Cruz, altura do nº 535. Finalmente, o Vereador respondeu à Vereadora Maria Helena Scudeler, a respeito do edital de concorrência pública para locação de prédio, destinado à implantação de um novo paço municipal. “Vereadora, desconheço tudo o que a senhora falou, garanto-lhe que tive autorização da Mesa para assinar o contrato de locação do prédio da Câmara; o prefeito sempre foi contra a locação do prédio da Câmara, o Poder Executivo não teve participação no contrato de locação da Câmara e, quanto ao edital, desconheço-o”, declarou e encerrou participação. A próxima oradora foi a Vereadora Dayane Amaro Costa. Aproveitando a homenagem feita às mulheres,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

lembrou que a Casa recebia, em suas galerias, um grupo de professoras estaduais, que levava até a edilidade, a situação de greve na rede estadual de ensino. A Vereadora solicitou o apoio dos pares, para que fosse possível a Câmara conversar com o Governo do Estado, por meio dos deputados e outros políticos, ou através de uma moção de apoio, dirigida ao Governador, juntando forças aos grevistas, na tentativa de uma solução do problema dos professores. Prosseguiu, falando sobre a mulher, citando “uma mulher muito importante que não era muito lembrada na escola”, chamada Roxa de Luxemburgo, polonesa, fundadora do Partido Social Democrata e um exemplo para todas as mulheres vereadoras. Salientou que Mogi Mirim era uma cidade privilegiada, com quatro vereadoras atuantes, mas lembrou que havia ainda muito o que conquistar. Falou sobre a violência doméstica e a violência contra a mulher, comentando que a situação era preocupante, e que, Mogi Mirim não possuía políticas públicas voltadas à mulher, sendo necessária a atuação e luta nesta área. Relatou também, visita que fizera, junto do Vereador Luís Roberto Tavares, ao Centro Educacional Municipal de Primeira Infância – CEMPI Michele Lucon, no SEHAC, dizendo que o que vira na creche muito a preocupara, graves situações em diversos aspectos, as quais a tinham levado a apresentar indicações sobre o assunto, sugerindo obras de acessibilidade, instalação de rampa de acesso, troca de calhas e poda urgente do mato no terreno, localizado ao lado do CEMPI. “Preocupou-nos o que vimos e eu quero perguntar à Secretária de Educação, Márcia Róttoli Masotti, que, quando vereadora, aqui gritava e batia na tribuna, se ela e o prefeito querem matar alguma de nossas crianças? Sim! Porque eu vi uma calha furada, presa por dois pregos, que, se cair sobre um aluno, certamente, matará a criança; o prefeito e a Márcia Róttoli não deixariam os próprios filhos lá, sem contar a questão dos pombos, que ficam dentro da escola, questão já amplamente colocada aqui, pelo Vereador Luís Roberto, portanto, eu peço soluções e soluções também para a falta de acessibilidade, a falta de rampa, para acesso dos



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

carrinhos de bebês, e foi muito triste o que vi lá”, frisou e concluiu. A próxima oradora foi a Vereadora Luzia C. C. Nogueira, que externou sua indignação com o edital de concorrência para locação de um prédio, destinado à implantação de um novo paço municipal. Classificou o edital como “brincadeira de mau gosto”, lembrou todo o passado próximo, quando a Câmara tivera a possibilidade de se estender para o andar térreo do Edifício do Paço e nada conseguira ver concluído, e recordou a todos que o prefeito, de modo desrespeitoso, voltara atrás em sua palavra de cessão do andar térreo para ocupação da Câmara, constringendo o então Presidente Benedito José do Couto. “Esta é a autoridade máxima da cidade, que necessita da Câmara, mas não a respeita”, sublinhou e concluiu. Como o próximo orador, Vereador Marcos Bento Alves de Godoy, inscrito, desistiu da palavra, ocupou lugar na tribuna o Vereador Cinoê Duzo, que falou sobre a causa dos professores da rede estadual de ensino, que estavam em greve. Aclarou que, quando o país priorizasse a educação, tudo seria diferente, e registrou que o movimento buscava melhores salários, um plano de carreira digno e um número menor de alunos em sala de aula, o que iria refletir na qualidade do ensino. Ratificou o pedido da Vereadora Dayane, para que fosse elaborada uma moção de apoio, assinada por todos, e solicitou à Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros, PSDB, que fosse até a tribuna e empenhasse sua palavra, sendo o canal de diálogo entre os professores de Mogi Mirim e o Governo do Estado, porque a vereadora “tinha acesso direto ao Gabinete do Governador”. A Vereadora assim procedeu e se colocou à disposição do movimento de greve, como canal de comunicação, e o Vereador Cinoê Duzo, para concluir, agradeceu-lhe o apoio. Na sequência, fez uso da palavra o Vereador Laércio Rocha Pires. Ele agradeceu e parabenizou o prefeito, pela atitude de ter retirado o radar móvel das ruas, atendendo ao pedido da população, exposto em um seu requerimento. Também agradeceu ao Secretário de Obras, Wilson Rogério da Silva, pela retomada das obras de infraestrutura no Parque das



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Laranjeiras, onde as máquinas estavam trabalhando a “todo o vapor”, cumprindo, assim, promessas empenhadas junto à população, bem como o agradeceu, pelo empenho na limpeza da cidade. Por outro lado, criticou o funcionário Cristiano, que estava “empurrando com a barriga” a limpeza no Parque das Laranjeiras. “O Cristiano está deixando a desejar, pois há vinte dias pedi a limpeza no Parque da Imprensa e em outros pontos da cidade e nada! Não é a primeira vez que isso acontece, deve ser a quarta vez, que ele empurra com a barriga, promete e não cumpre, e o vereador fica com cara de tacho, portanto, eu peço ao secretário, que se empenhe na limpeza da cidade, colocando pessoas competentes nos cargos estratégicos, e não pessoas que nos enganam, porque, se enganam o vereador, imaginem o quanto enganam a população! E a população está cansada de promessas”, explicou. Finalizando, cobrou da Secretária de Trânsito e Mobilidade, Beatriz Gardinalli, a instalação do semáforo na divisa entre a cidade e Mogi Guaçu, outra promessa antiga, pedido objeto de vários requerimentos e abaixo-assinados, de iniciativa do vereador. “Muita demora nesse assunto, a população e eu estamos esperamos há anos pela instalação do semáforo!”, pontuou e para concluir, reclamou do serviço efetuado e “deixado pela metade” na tubulação da Rua Primo Dexter, onde a água da chuva estava invadindo residências, solicitando a conclusão das obras, no local, e com urgência. “Promete e não cumpre, assim é ruim de defender, e tudo cai nas costas do prefeito, porque ele próprio coloca incompetentes para trabalhar”, frisou. O próximo orador foi o Vereador Benedito José do Couto, que também falou das obras de infraestrutura, reativadas no Parque das Laranjeiras. “Fico cobrando as benfeitorias no bairro, porque moro há muitos anos no Parque das Laranjeiras e já lutava por melhorias, antes mesmo de ser vereador; esta administração está me dando a oportunidade de efetuar projetos, então, tenho alegria de dizer que já recebemos toda a tubulação, para obras de galerias, até a Rua 31, e vai ser executado um trabalho muito bem feito, para as galerias fluviais, com tubulação de



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

grande diâmetro, para receber toda a água da Rua 30, inclusive, com estudos para expansão futura; as máquinas já estão lá, trabalhando, e o serviço está sendo feito por funcionários competentes do município, com larga experiência, e a previsão de término é em até quarenta e cinco dias, portanto, eu quero agradecer ao prefeito e ao secretário de obras, porque, depois e tanta espera, vamos receber este início de benfeitoria”, explicou. “Posso até deixar a vereança depois de ver asfaltada até a Rua 31, do meu bairro, porque estou feliz por estar conquistando isso, com o apoio de todos os que lutam pelo bairro”, disse. Depois, prestou seu apoio aos professores da rede estadual de ensino, classe que admirava, e, para concluir, falou do edital de concorrência pública para locação de prédio destinado à implantação de um novo paço municipal, respondendo à Vereadora Maria Helena. “Foi surpresa para mim, vereadora, lutamos muito pela ocupação do andar térreo deste prédio, até brigamos com o prefeito, apenas não ingressamos na Justiça, porque ela é lenta e o assunto não se resolveria em breve tempo, mas, infelizmente, a notícia chegou agora e agora, é tarde, mas digo que não devemos chorar o leite derramado; se soubéssemos desta pretensão do prefeito, não teríamos apanhado tanto, tentando fazer o melhor aqui”, salientou e encerrou participação. Ato contínuo, fez uso da palavra o Vereador Luiz Antônio Guarnieri, criticando o edital de concorrência pública para locação de prédio, destinado à implantação de um novo paço municipal. Disse que estava consternado, diante da locação de mais um imóvel, algo em torno de trinta e seis mil reais mês; que isto era algo complicadíssimo, haja vista a situação econômica nacional; que este era, realmente, ‘o choque de gestão’ mencionado pelo prefeito, no ato de sua posse, porque o choque seria tão forte, que os custos teriam que ser administrados por anos, no futuro; que a locação de prédios, para instalação de departamentos da prefeitura, chegava a cifra de cem mil reais/mês, mais de um milhão de reais/ano; que, certamente, tratava-se do mesmo empresário, proprietário do prédio locado pela Câmara, o mesmo que havia financiado a



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

campanha do prefeito; que se sentia profundamente decepcionado, porque a grande maioria da população havia votado em Gustavo Stupp e Gérson Rossi, para outro tipo de administração, voltada para o futuro, mas não para a desgraça do futuro; que Mogi Mirim estava sentindo o Efeito Orloff de Mogi Guaçu, que tivera uma administração péssima, horrível e, atualmente, o prefeito só trabalhava para pagar as contas deixadas pela gestão anterior; que o staff do Prefeito Gustavo Stupp já tinha quebrado as cidades de Jaguariúna e Holambra; que a Secretária de Finanças, Elisanita de Moraes, estava conjuminando com o prefeito; que respeitava a opinião do Presidente da Câmara, mas era-lhe evidente, que não fora somente a Mesa a acertar a locação do prédio da Câmara, porque era nítido ‘o dedo do prefeito’ no assunto, porque ele tinha compromissos de campanha a sanar, e perguntou onde estava o compromisso do prefeito para com o povo de Mogi Mirim; que o povo pagaria a conta do novo paço municipal por longos anos; que, para os funcionários da prefeitura, faltavam até as cestas básicas e perguntou onde isso iria parar; que a atitude da locação do novo paço era vergonhosa, uma falta de responsabilidade, de compromisso, falta de machismo, de honestidade, de honradez com o compromisso assumido com o povo; que o município estava à bancarrota; que os vereadores deveriam tomar consciência do desfecho e barrar a pouca vergonha, porque ela já estava por demais da conta, e denunciou o teor do Projeto de Lei nº 24/2015, pelo qual o prefeito pretendia doar um terreno de trinta e três mil metros quadrados, para uma empresa de consultoria; que o prefeito enviava projetos medíocres, um atrás do outro, visando benefícios de sua cúpula, que isso era uma vergonha e que, os vereadores deviam mostrar ao prefeito o caminho correto, sério, justo e honesto, para retirá-lo do caminho da pouca vergonha demonstrada. O próximo orador a fazer uso da palavra foi o Vereador Luís Roberto Tavares, que versou sobre as várias proposituras que apresentou, especificamente, o Requerimento nº 91/2015, apresentado juntamente com os Vereadores Jorge, Cinoê, Waldemar, Luzia e Luiz, a respeito



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

da merenda escolar. O vereador objetivava saber a quantidade de refeições diferenciadas, servidas aos alunos diagnosticados com hipertensão, diabetes e outras doenças, haja vista a rejeição o seu projeto, que dispunha sobre o fornecimento de alimentação diferenciada, nas escolas e creches municipais, aos alunos matriculados, portadores de diabetes, hipertensão, anemias ou obesidade. “Apresentamos o requerimento, para o prefeito responder aquilo que já sabemos, ou seja, de que não há alimentação diferenciada na rede, e eu resolvi ir a fundo na questão, porque o orçamento da Educação é de quatorze milhões e a secretaria não atende à lei federal da alimentação diferenciada, e entramos também com uma indicação, pedindo que a prefeitura notifique os pais e lhes diga que seus filhos têm o direito, porque, se o prefeito não fizer, nós, vereadores, faremos”. Depois, completou as palavras da Vereadora Dayane Amaro Costa, a respeito da precariedade das instalações do CEMPI Michele Lucon, ratificando os problemas elencados, tais como, os pombos, as rachaduras nos muros, as trincas, problemas na calha e outros. Também falou sobre as obras de infraestrutura no Parque das Laranjeiras, confirmando que a tubulação já se encontrava no local, pronta para ser colocada e fez críticas. “Gostaria de falar que não sou Poder Executivo, que as obras já começam com atraso, porque a previsão era para 1º de janeiro de 2015 e estamos no dia 23 de março; estamos fiscalizando, procurando informações, informações também a respeito das escrituras”, explicou. Finalizando, denunciou descarte ilegal de lixo em Mogi Mirim, um lote de cacos de vidro, oriundo da cidade de Mogi Guaçu. Falou que havia chamado a fiscalização, para a retirada do entulho, em setenta e duas horas, e perguntou qual era o correto proceder para com o descarte de vidro, já que o produto permanecia na natureza, até quatro mil anos, sem se decompor. O próximo orador, Vereador Jorge Setoguchi, convidou a todos para a reunião do Conselho Municipal de Segurança – CONSEG, às 19 horas, do dia 26, quinta-feira, no plenário da Câmara. Na sequência, fez uso da palavra o Vereador Osvaldo Quaglio, que também comentou o assunto



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

da locação de um prédio para abrigar os departamentos da prefeitura, o novo paço municipal. “A discussão está, justamente, na questão do prefeito não ter nos cedido o andar térreo, do Edifício do Paço, e todos se lembram disso; fui presidente da Câmara, sei das dificuldades, porque não há espaço aqui, mas se tivéssemos a parte térrea do Edifício do Paço, veríamos resolvido o problema, e eu pergunto, por que o Prefeito voltou atrás no projeto de ceder o espaço para a Câmara?”, inquiriu. Perguntou se alguém conhecia um prédio, com a metragem disposta no edital, e afirmou que o Governo Stupp não tinha credibilidade para nada, que ninguém mais acreditava no prefeito e que, suas propostas todas tinham coisas obscuras por trás. Salientou que não era leviano para dizer que o prefeito fazia coisas com má fé, mas, no mínimo, com muita incapacidade administrativa, falta de visão, falta de profissionais competentes, haja vista que muitos secretários nem sabiam o que estavam fazendo na prefeitura. “São muitos os problemas, a situação está difícil e esta herança ficará para a população, porque uma administração mal feita, demora anos para ser sanada, e é incrível como Mogi Mirim, com orçamento altíssimo, não tenha dinheiro pra nada; agora, mais esta bomba, logo, por que, então, ele não cedeu o andar térreo do paço e alugou o palácio de cristal para ser ocupado pelos departamentos da prefeitura? Não, pelo contrário, esperou primeiro a Câmara alugar, para depois lançar esse edital, e é por isso, que eu falo para os companheiros, para que pensem e analisem se a atitude é correta; sei que o assunto não passará pela Câmara, porque é uma licitação do Executivo, e o nosso único recurso é o Ministério Público, isto, se o MP entender que o prefeito está errado, caso contrário, vamos amargar, e eu rogo aos pares, que consultem suas bases e vejam se os eleitores concordam com tal edital”, explanou e concluiu. A próxima oradora foi a Vereadora Daniela Dalben Mota. Esta anunciou a conquista do programa Viver Mais, do Itaú/Unibanco, para o município de Mogi Mirim, e explicou que o Viver Mais elaborava projetos gratuitos para pessoas com mais de cinquenta anos, tais como, ginástica, dança, ioga,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

pilates, alongamento e artesanato. “Ganhamos a parceria para Mogi Mirim, pois os coordenadores ficaram encantados com o Pró-Idoso, serão nossos parceiros, e este é o primeiro fruto colhido, depois da inauguração do Data Center; o projeto de lei irá para o Fundo Municipal do Idoso, para exarar parecer, e virá depois para esta Casa, portanto, já peço que o aproveem, pois, tenho certeza, será um sucesso, grande ganho para os cidadãos acima dos cinquenta anos de idade”, explicou e concluiu. O próximo orador foi o Vereador Waldemar Marcurio Filho, que respondeu à Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros a respeito do edital de concorrência para locação de prédio, destinado à implantação de um novo Paço Municipal. Afirmou que nada sabia e que nenhum membro da Mesa tinha conhecimento, lembrou que sempre defendera a locação do novo prédio da Câmara, por questões de falta de privacidade, mas reafirmou que não tinha conhecimento do edital. Depois, falou sobre os partidos políticos, disse que era petista, mas que estava pensando em deixar o partido, por causa de divergências municipais, e afirmou que o PT estava sendo crucificado em relação à Petrobrás, mas que os outros partidos todos, PDT, PP, PSDB, PSD, PMDB também sofriam denúncias de corrupção. “O PSDB, com Sérgio Guerra, recebeu dez milhões de reais, em doações, e Aécio está sendo investigado por corrupção; a grande maioria dos partidos é corrupta, cabe a nós, sermos honestos; na política entrei, porque passei muitas dificuldades, ao lado dos munícipes; a gente, que é povo, vê muita coisa errada, portanto, cabe-nos, quando temos provas, denunciar, e com relação à licitação da locação, sugiro denunciar ao MP, mas quero esclarecer à vereadora, que quando falo de partidos, falo em esfera estadual e federal, porque é lá, onde está a maior corrupção, a corrupção está, muitas vezes, no Poder Executivo, e reafirmo, que não tinha conhecimento do edital, publicado neste final de semana”, encerrou. O último inscrito, Vereador Daniel Gasparini dos Santos, desistiu do uso da palavra. Não havendo mais oradores inscritos, o Sr. Presidente suspendeu a Sessão às 20h59, conforme o disposto no Artigo 105, da Resolução nº



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

276/2010 (Regimento Interno vigente). Decorrido o interstício regimental a que se refere o citado dispositivo e depois de nova chamada nominal dos Srs. Vereadores, conforme o disposto no Artigo 112, § 1º, da já citada Resolução, ao fim da qual se constatou a totalidade dos membros da Casa, o Sr. Presidente deu por iniciados os trabalhos da "**ORDEM DO DIA**", submetendo à apreciação da Casa o que segue: **EM TURNO ÚNICO**: “**ex-vi**” do disposto no § 1º, inciso I, do **Artigo 171 do Regimento Interno**: 1. Projeto de Lei nº 19, de 2015, de autoria do Poder Executivo, “dispondo sobre a reestruturação do Conselho Tutelar de Mogi Mirim e dando outras providências”. Com cinco (05) emendas subscritas pelo Vereador Manoel Eduardo P. da C. Palomino. Pareceres, em separado, das Comissões de Justiça e Redação; Educação, Saúde e Assistência Social e de Finanças e Orçamento. Antes, todavia, de submeter a matéria à apreciação do Plenário, o Senhor Presidente deu ciência à Casa, através de sua leitura, do Requerimento nº 102/2015, de autoria do Vereador Benedito José do Couto, solicitando, “conforme o que reza o Artigo 156, VI, combinado com os Artigos 113, § 5º, II e 169 do Regimento Interno, o Adiamento, por cinco (05) dias da discussão e votação do Projeto de Lei nº 19/2015, constante da pauta da “Ordem do Dia”; (submetido a votos em Sessão de hoje, a Casa aprovou, unanimemente, o Requerimento de Adiamento nº 102./2015); (aguardem-se cinco (05) dias e insira-se o Projeto de Lei nº 19/2015 na “Ordem do Dia” da próxima Sessão); **EM SEGUNDO TURNO**: “**ex-vi**” do **disposto no inciso I, do Artigo 172 do Regimento Interno**: 2. Projeto de Lei nº 117, de 2014, de autoria do Vereador Marcos Bento Alves de Godoy, “instituído no calendário oficial do Município de Mogi Mirim o Desfile Cívico no Distrito de Martim Francisco; (submetido a votos, sessão de hoje, a Câmara aprovou, unanimemente, Segundo (2º) Turno, o Projeto de Lei nº 117/2014, do Vereador Marcos B. A. de Godoy); (à sanção do Prefeito de Mogi Mirim); **EM PRIMEIRO TURNO**: “**ex-vi**” do **disposto no inciso I, do Artigo 172 do Regimento Interno**: 3. Projeto de Lei nº 108,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

de 2014, de autoria do Vereador Manoel Eduardo P. da Cruz Palomino, “estabelecendo no âmbito do Município de Mogi Mirim, sanções e penalidades administrativas para aqueles que praticarem maus-tratos aos animais e dando outras providências”. Com emenda do autor. Parecer, em separado, das Comissões de Educação, Saúde e Assistência Social e de Finanças e Orçamento. Fez uso da palavra o autor, solicitando apoio para aprovação da matéria e explicando que a emenda se referia a leis que já haviam sido revogadas; (posto a votos, sessão de hoje, a Câmara aprovou, unanimemente, Primeiro (1º) Turno, o Projeto de Lei nº 108/2014, do Vereador Manoel E. p. C. Palomino e emenda); (à “Ordem do Dia” da próxima sessão, para ser apreciado em Segundo (2º) Turno). Finda a pauta constante da "Ordem do Dia", o Sr. Presidente passou, desde logo, à parte dos trabalhos reservada à "**EXPLICAÇÃO PESSOAL**", conforme determinam os Artigos 114 e 115 da Resolução nº 276/2010 (Regimento Interno vigente). Inicialmente, fez uso da palavra a Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros, que comentou publicação do jornal O Popular, edição do último final de semana, intitulada “Máfia Completa Um Ano Sem Provas”, versando acerca das denúncias sobre um suposto esquema na Prefeitura de Mogi Mirim. Narrou que os envolvidos, funcionários Eduardo Gonçalves Brandão e Moises Dantas tinham sido exonerados, um, sob acusação de roubo de processos, outro, porque deixara processos parados; que ela, Vereadora, havia passado por vários prefeitos mas nunca vira tamanha truculência; que ela formalizara uma CPI sobre o caso, a qual decidira pelo arquivamento das denúncias; que o Ministério Público também se decidira pelo arquivamento; que a sindicância feita pela prefeitura também pedira o arquivamento, mas o prefeito pedira a exoneração dos dois servidores; que os funcionários tinham sido acusados de ato de improbidade, porém o relatório final do julgamento do prefeito, baseava-se em leis que não constavam das portarias de abertura de processos disciplinares; que a comissão disciplinar fora pelo arquivamento, por falta de provas, que os



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

dois servidores haviam ingressado com recursos da decisão, a fim de ser declarada sem efeito a penalidade aplicada, e perguntou, novamente, onde o prefeito desejava chegar. Para finalizar, declarou que os servidores públicos tinham suas atitudes cerceadas, haja vista o medo de represalias por parte da atual administração. O próximo orador foi o Vereador Cinoê Duzo, que reclamou da falta da cesta básica aos funcionários da Secretaria de Educação, explicando que os funcionários da Educação não tinham recebido as cestas básicas e poderia acontecer de não receberem pelo terceiro mês consecutivo e que, muitos precisavam da cesta para passar o mês, porque o salário do funcionário era pequeno e a cesta o complementava. Por fim, reportando-se ao Vereador Waldemar Marcurio, agradeceu a moção de pesar, assinada por todos, em homenagem “a mulher mais importante da sua vida”, sua falecida mãe, Dona Luzia. Como o próximo orador, Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio, desistisse da palavra, fez uso da mesma, na sequência, o Vereador Luís Roberto Tavares, que falou de seu descontentamento com o edital de concorrência para licitação de um novo prédio para abrigo do paço municipal. Disse que já estava descontente com a locação do prédio da câmara; que sempre fora contrário; que, com este novo edital de licitação, ficara mais indignado ainda, pois, se os vereadores soubessem das intenções do prefeito, jamais teriam locado um prédio para câmara; que o prédio antigo ficaria vazio; que os vereadores poderiam ter ficado com o andar térreo, mas não houvera diálogo, sem falar de segundas intenções. Depois, destacou as indicações que apresentou, especialmente, providências para bueiros entupidos na zona leste e na cidade toda. Também se referiu às cestas básicas da Secretaria de Educação, afirmando que muitos funcionários tinham-no procurado também, que deixar o funcionário sem a cesta mensal era um “estrago” e que, a prefeitura precisava ser mais responsável. Por fim, falou sobre a Máfia do INSS, assunto mencionado pela Vereadora Maria Helena, relatou todo processo da formação da comissão de inquérito e sublinhou que o assunto era sério, que a Secretária



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Elisanita havia citado o seu nome, que cabia punição aos comissionados, porque haviam difamado e punido a quem não deviam, e registrou que a questão não podia ficar mal resolvida. “Eu estou tomando minhas providências”, pontuou e encerrou. Como os próximos oradores inscritos, Vereadores Laércio Rocha Pires, Benedito José do Couto, Luiz Antônio Guarnieri, Luzia Cristina C. Nogueira e Jorge Setoguchi, desistissem da palavra, fez uso da mesma a Vereadora Dayane Amaro Costa, que comentou a respeito de duas emendas, de sua iniciativa, apostas ao Projeto de Lei nº 22/2015, aprovadas pela Casa, dispondo sobre alteração de dispositivos da Lei Municipal nº 5.223, de 2011, sobre a limpeza de imóveis, construções e reparos de passeios e muros, diligências para combate à Dengue. Pelas emendas, a vereadora obrigava a prefeitura, que comprovasse a entrega das correspondências de notificação, através de A.R., nos endereços dos proprietários, e tinha intenção também, de uma propaganda, publicada em outros jornais da cidade, para que a população tivesse acesso às informações pertinentes, além do jornal Oficial de Mogi Mirim, nem sempre disponível aos populares. As emendas estavam sob risco de veto do prefeito e a vereadora afirmou que não tinha o objetivo de atingir nenhum vereador, mas disse que as emendas haviam causado tumulto, dificuldade de entendimento da população, inclusive, na Internet, pois haviam posts, afirmando que ela, oradora, queria proibir a fiscalização contra a Dengue nas casas. A vereadora estava magoada, porque os vereadores tinham seu contato, poderiam ter conversado com ela, mas ninguém havia feito isso e as críticas estavam na Internet. Reafirmou que as emendas estavam amparadas em leis federais e que as havia apresentado, para garantir que a lei fosse aplicada de forma eficaz, com o comprovante de Aviso de Recebimento – A.R. “Se é para multar, vamos multar com eficácia, punir as pessoas que deixam os criadouros de Dengue, mas sem o aviso, sem A.R., como provar que o cidadão foi citado?”, questionou e encerrou participação. Como o próximo orador, Vereador Daniel Gasparini dos Santos, desistisse da palavra,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

fez uso da mesma, na sequência, o Vereador Waldemar Marcurio Filho, autor da Moção de Pesar endereçada ao Vereador Cinoê Duzo, relativa ao falecimento de sua mãe, ocorrido há cerca de dois meses. Este falou do amor entre o Vereador Cinoê Duzo e sua falecida mãe, enaltecendo o sentimento entre ambos. Como não houvesse mais oradores inscritos para falar em “Explicação Pessoal” e nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente, Vereador João Antônio Pires Gonçalves, agradeceu a presença de todos e, sob a proteção de Deus, encerrou os trabalhos da presente Sessão às 21h36, do que, para constar, determinou a lavratura da presente Ata, a qual, após achada conforme, discutida e aprovada vai, a seguir, devidamente assinada.

CMM